

## **REFLETINDO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PERIÓDICO *A MULHER* PARA AS DISCUSSÕES ACERCA DA INSTRUÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX**

*Priscila Trarbach Costa*

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo analisar o periódico “A Mulher”, buscando refletir sobre os aportes da publicação para a discussão da instrução feminina e, sobretudo, do acesso da mulher à instrução superior no século XIX. Concebido por Maria Augusta Generoso Estrela e Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira e cuja primeira edição data de janeiro de 1881, esse periódico, editado em Nova York, era “consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira” e, assim como diversos outros jornais femininos da segunda metade do século XIX, se propunha a arguir, de maneira veemente, em favor da instrução feminina. Em um contexto em que a instrução feminina era restrita a saberes mínimos e de forma a preparar as mulheres para os papéis sociais que lhes cabiam por “natureza”, isto é, para o desempenho das funções de esposa e mãe, havia um grupo de mulheres, incluindo Maria Augusta e Josefa, que, se utilizando da linguagem escrita, através da publicação de periódicos, denunciava a condição de ignorância na qual a mulher se encontrava e reivindicavam o direito à instrução.

**Palavras-chave:** periódicos femininos; mulher; instrução; ensino superior

### **Introdução**

O presente trabalho se propõe a lançar um olhar reflexivo sobre o periódico “A Mulher”, procurando contemplar os aportes dessa publicação para a discussão acerca da instrução feminina e, sobretudo, do acesso da mulher à instrução superior no século XIX.

Idealizado por duas jovens estudantes de medicina que, nos fins do século XIX, deixaram o Brasil para ir estudar em Nova York, essa publicação situa-se num contexto em que as mulheres passaram a utilizar-se de publicações periódicas para defender a emancipação feminina e reivindicar o acesso irrestrito à educação.

Dessa forma, num primeiro momento, o presente trabalho busca analisar o período em que o periódico “A Mulher” surgiu, atentando para a condição das mulheres e as concepções de instrução feminina difundidas à época. Posteriormente, busca-se explorar de que forma as mulheres conseguiram, apesar do contexto desfavorável a elas, adentrar no território da produção escrita, utilizando-se dos periódicos enquanto veículo de divulgação de ideias e reivindicações femininas.

Na sequência, procura-se analisar a conjuntura e as motivações que levaram à concepção do periódico “A Mulher”, destacando a trajetória de suas redatoras enquanto pioneiras na conclusão de curso superior, bem como a estrutura e o conteúdo veiculado em suas páginas. E, finalmente, busca-se elencar as contribuições desse periódico para a discussão da instrução feminina e, sobretudo, do acesso da mulher à instrução superior no século XIX.

### **Instrução feminina no século XIX: entre o interdito e a educação diferenciada**

Como afirma a autora Michelle Perrot (2015, p. 91), “desde a noite dos tempos pesa sobre a mulher um interdito de saber” sustentado pelos mais diversos argumentos. Elementos culturais; fundamentos religiosos, econômicos, políticos e sociais; assim como fatores de ordem biológica foram utilizados com a intenção de preconizar uma pretensa superioridade masculina, ao produzir, em diferentes culturas ao longo do tempo, argumentos que justificassem e legitimassem a inferioridade da mulher.

O uso da violência física e psicológica também esteve a serviço da dominação masculina da mesma forma que a instrução. Esta, por sua vez, institucionalizada e consagrada na figura da Escola, se configurou um elemento essencial no processo de assimilação e reprodução de papéis sociais diferenciados juntamente com duas outras instituições: a Família e a Igreja (BOURDIEU, 2005).

Durante muito tempo a instrução formal, a encargo da Escola, foi uma exclusividade masculina baseada no pressuposto de que o conhecimento científico não caberia às mulheres uma vez que suas funções sociais (de esposa e mãe), restritas ao espaço privado, lhes exigiriam conhecimentos e habilidades inatos. A instrução seria, portanto, “contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza: feminilidade e saber se excluem”, pois “uma mulher culta não é uma mulher” (PERROT, 2015, p. 93).

A Escola primou, assim, pela formação daqueles que realmente iriam exercer uma função social relevante, isto é, primou-se pela formação intelectual de sujeitos do sexo masculino e brancos, oriundos, sobretudo, de camadas sociais elevadas, negando-se à mulher o acesso à instrução ou oferecendo-lhe uma educação superficial e diferenciada.

A primeira lei brasileira referente ao ensino público primário, datada de 15 de outubro de 1827, por exemplo, apesar de autorizar a criação de escolas de primeiras letras para meninas, determinava que, no currículo feminino, as aulas de geometria fossem excluídas e as

de aritmética restritas às quatro operações a fim de que se incluíssem as aulas de economia e prendas domésticas, caras à formação feminina, à época.

Nesse sentido, Louro (2013), assim como Perrot (2015), afirmam que as concepções e formas de educação das mulheres, apesar de apresentarem diferenças e peculiaridades culturais ao longo do tempo e do espaço, sustentaram, de forma hegemônica e nos diferentes grupos sociais, a assertiva de que as mulheres deveriam ser mais *educadas* do que *instruídas*, ou seja,

[...] para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do *caráter*, sendo suficientes, provavelmente, *doses pequenas* ou *doses menores* de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios (LOURO, 2013, p. 446).

Rosemberg (2012, p. 338) destaca, ainda, que, “ao observar o percurso da educação das mulheres no Brasil no sistema educacional, é possível apreender que as mudanças de regime – Colônia, Império, Primeira República – pouco afetaram a paisagem”. Ou seja, parece haver se prendido à mulher uma concepção que, cristalizada nas mentalidades através de diferentes meios e instituições, atravessou séculos, orientando as práticas educativas direcionadas às mulheres de forma a restringir-lhes o acesso à instrução, preconizando a inferioridade intelectual feminina.

Assim sendo, observa-se que, no século XIX, a instrução feminina, no contexto brasileiro, restringia-se a saberes mínimos, enfatizando-se a formação moral e religiosa e o desenvolvimento de competências que preparavam a mulher para atuar no espaço privado. Mesmo as meninas oriundas das camadas mais abastadas que eram instruídas por professores particulares, nas próprias residências ou em estabelecimentos de ensino de prestígio, recebiam uma instrução reduzida a saberes intelectuais mínimos, pois as aulas de bordados, costura, música, desenho e pintura eram componentes curriculares obrigatórios e tomavam a maior parte do tempo de estudos.

Ademais, nesse contexto, a educação superior era restrita ao sexo masculino, pois os estudos superiores serviam para preparar os rapazes para profissões de prestígio, sobretudo Direito e Medicina. Assim, “uma mulher não podia entrar na academia porque o que esta oferecia era um conhecimento dirigido, um currículo destinado a preparar os homens para a sobrevivência no mundo político”. O acesso ao ensino superior significava, ainda, “um aprendizado sério”, “um rito de puberdade exclusivamente masculino limitado a um número

restrito de predestinados pelo berço, pela riqueza, ou quase sempre, por ambas as coisas” (HAHNER, 2003, p. 134).

### **Fazendo-se escritora: mulheres no território da produção escrita**

No entanto, as mulheres, através do emprego de diferentes estratégias, sempre buscaram formas de contestação, resistência e luta contra os valores culturais e sociais que as privavam do acesso ao saber. Desde a Idade Média, com Christine de Pisan (1364-1430), passando por Olympe de Gouges (1748-1793), Mary Wollstonecraft (1759-1797) e a brasileira Nísia Floresta (1810-1885), registra-se o protagonismo de diversas mulheres que, apoderando-se da linguagem escrita, assim como de outras formas de expressão antes restritas aos homens, procuraram expressar suas ideias, opondo-se ao pensamento misógino e reivindicando o direito à instrução.

Porém, “a conquista do território da escrita, da carreira de letras, foi longa e difícil para as mulheres no Brasil” que, “excluídas do processo de criação cultural, [...] estavam sujeitas à autoridade/autoria masculina” (TELLES, 2013, p. 409). Assim, não obstante o século XIX ser considerado “o século do romance”, marcado por uma efervescência cultural e uma produção literária importante, tanto na Europa como no Brasil, sustentava-se, à época, a concepção de que as mulheres não poderiam aceder a certos espaços públicos, à vida política, à instrução superior e aos processos de criação cultural e literária.

A produção escrita e a carreira de letras eram, pois, prerrogativas masculinas, um “ofício de homem”. Reservava-se à mulher a condição de “musa inspiradora” que, apesar de ser considerada objeto de admiração e fonte de inspiração, era representada sob a ótica masculina, portando as características e atributos idealizados e conferidos pela pena de um autor, sempre do sexo masculino.

A mulher refletia, pois, as concepções e os desejos do masculino sobre o feminino. Exaltavam-se as virtudes e atributos que as mulheres deveriam apresentar como, por exemplo, a obediência, a paciência e a candura (a mulher enquanto “anjo”), mas criticavam-se aqueles comportamentos e qualidades considerados “inadequados” às mulheres. Nesse caso, as personagens eram retratadas como “bruxas”, “sedutoras” e “pecadoras”.

Todavia, foi nesse mesmo período que as mulheres, apesar do contexto desfavorável para elas, passaram a lançar-se na escrita, enfrentando, para tanto, uma série de obstáculos. Primeiramente, as mulheres tiveram que “se livrar da tirania do alfabeto” (TELLES, 2013, p. 410), ou seja, tiveram que lidar com o analfabetismo que, no século XIX, apesar de alcançar

um número significativo da população brasileira, incidia com maior ênfase sobre as mulheres de maneira que, de acordo com o censo de 1872, somente 19,8% dos homens e 11,5% das mulheres no país sabiam ler e escrever (HAHNER, 2003, p. 75).

Uma vez apreendido o domínio da leitura e da escrita, o próximo passo para as mulheres foi ter que “escapar dos textos masculinos que as definiam como ninharia, nulidade ou vacuidade, como sonho e devaneio, e tiveram de adquirir alguma autonomia para propor alternativas a autoridade que as aprisionava” (TELLES, 2013, p. 408-409).

Assim, num contexto repleto de obstáculos, as mulheres, muitas de forma autodidata, lançaram-se à escrita, fazendo-se romancistas, ensaístas, poetisas e jornalistas que, apropriando-se da linguagem escrita, procuravam exprimir seus desejos, anseios, dilemas e visão de mundo. Essas mulheres utilizavam-se da palavra para denunciar a condição de subordinação a qual o sexo feminino vinha sendo submetido e reivindicar a emancipação feminina, incluindo o direito à instrução.

### **Os periódicos femininos**

Um dos principais meios pelos quais as mulheres procuraram expressar-se por escrito foi através das páginas dos diversos periódicos femininos que surgiram do decorrer do século XIX. Nesse sentido, Jinzenji (2010, p. 20) destaca que, “após a instalação da imprensa régia em 1808, que marca a origem oficial da imprensa brasileira, o Império assistiu ao nascimento e à rápida expansão das publicações periódicas”. Houve, sobretudo após 1820, uma rápida ampliação das publicações de todos os tipos (pasquins, folhetos, panfletos, periódicos) que dividiam espaço nas rotinas das tipografias e eram utilizados “como veículo para a expressão e o debate das temáticas que fervilhavam no momento” (JINZENJI, 2010, p. 20).

Dentre essas publicações, destaca-se o surgimento dos periódicos femininos que, na sua grande maioria, eram pertencentes a mulheres que haviam recebido alguma instrução e que financiavam, com recursos próprios, a concepção de publicações cujo objetivo era entreter e informar as leitoras sobre assuntos diversos que iam desde editoriais de moda até anúncios de produtos e serviços, passando por desenhos de bordados, partituras de músicas e a publicação ou a tradução de poemas, contos, peças teatrais e histórias de cunho moral e religioso.

Com relação à periodicidade, esses periódicos podiam ser semanais ou mensais, mas havia, frequentemente, certa irregularidade com relação ao lançamento dos números, pois “a falta de regularidade ou de pontualidade não era rara numa época em que as várias etapas do

ofício da produção de um periódico podiam estar concentradas numa mesma pessoa” (JINZENJI, 2010, p. 89).

Além disso, a publicação de um número de um periódico implicava, além da seleção das matérias e da escrita de artigos por parte dos(as) colaboradores(as), a mobilização de recursos financeiros para a impressão e distribuição, fato que justifica a efemeridade de algumas publicações, pois nem sempre o número de assinantes ou a venda avulsa do periódico era suficiente para arcar com as despesas de publicação.

Quanto à circulação, verifica-se que, na segunda metade do século XIX, o Brasil já contava com um número expressivo de periódicos femininos espalhados por diversas províncias. Alguns deles acabaram, inclusive, sendo transferidos de localidade por conta da mudança de domicílio de suas idealizadoras, alcançando um público mais vasto e uma notoriedade maior, inclusive na capital do Império.

A partir da segunda metade do século XIX, nota-se, contudo, que muitos periódicos passaram a expandir suas funções além do simples entretenimento. Muitas mulheres passaram a utilizar as páginas dos diversos periódicos que circulavam nas mais diversas localidades do Brasil para militar em favor da instrução feminina. De maneira mais ou menos radical, essas mulheres escreviam artigos, sublinhando a importância da instrução da mulher, seja para o melhor desempenho das funções de esposa e mãe, seja em prol da emancipação do sexo feminino que, nesse contexto, já era debatida e reivindicada pela primeira onda do movimento feminista, tanto na Europa como nos Estados Unidos.

Essas periodistas não apenas argumentavam e procuravam provar a capacidade das mulheres para lançarem-se nos mais diversos ramos do conhecimento, como, também, procuravam citar exemplos e destacar o protagonismo feminino em diversas áreas do saber, estabelecendo uma rede de solidariedade e colaboração com outras publicações, no Brasil e no exterior. Essas escritoras estavam atentas ao que se passava nos demais países e procuravam noticiar, com entusiasmo, as conquistas femininas no que se refere à instrução e à profissionalização.

O periódico intitulado “O Sexo Feminino”, por exemplo, de propriedade de Francisca Senhorinha da Mota Diniz, cujo primeiro número surgiu em 1873, trazia, em suas páginas, desde o primeiro número, uma forte defesa da instrução feminina. Sua idealizadora defendia a “capacidade intelectual da mulher para as ciências e a literatura, a filosofia ou a história, a geografia, a química ou o que quer que fosse” e chegava a afirmar que a mulher seria “mais dotada que o homem para os estudos, porque possui mais paciência”, além de “insistir na

importância da independência econômica para que a mulher pudesse atingir maior liberdade” (TELLES, 2013, p. 427).

Atentando para esse contexto, o presente trabalho pretende, a seguir, a despeito da presença de um grande número de periódicos femininos, focar o periódico “A Mulher” de Maria Augusta Generoso Estrela e Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira e cuja primeira edição data de janeiro de 1881. Pretende-se refletir sobre as contribuições desse periódico para as discussões acerca da instrução feminina e do acesso da mulher ao ensino superior que, no contexto brasileiro, só foi permitido após o Decreto n. 7.246, de 19 de abril de 1879.

### **Entre o bisturi e a pena: duas jovens brasileiras em Nova York**

Durante um longo período, o ensino superior, no Brasil, ficou restrito ao sexo masculino. As mulheres foram excluídas desse nível de ensino sob a justificativa de que, por conta das limitações intelectuais próprias de seu sexo, elas não apresentavam os qualificativos necessários para que pudessem cursar a instrução superior. Ademais, no século XIX, não se concebia a ideia de que as mulheres pudessem exercer atividades profissionais como a medicina e a advocacia, deixando o espaço privado (seu lugar por excelência) para adentrar no espaço público, de exclusividade masculina.

No entanto, a despeito das restrições impostas às mulheres, muitas moças, contando com o auxílio financeiro dos próprios pais ou de particulares, foram cursar o ensino superior no exterior onde já havia, à época, instituições que admitiam mulheres ou que haviam sido concebidas com a finalidade de atender exclusivamente o público feminino.

Uma dessas moças foi Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1946) que é lembrada pela História como sendo a primeira mulher brasileira (e a primeira sul-americana!) a conquistar um diploma de Medicina, em 1881, pelo *New York Medical College and Hospital for Women*, graças a uma bolsa de estudos concedida pelo imperador d. Pedro II.

De volta ao Brasil, já formada, Maria Augusta trouxe consigo o diploma de doutora em Medicina e, também, uma medalha de ouro que lhe foi agraciada como reconhecimento pelo seu brilhante desempenho ao longo do curso e pela sua tese sobre moléstias da pele. Além disso, ao desembarcar no Rio de Janeiro, em meio às muitas homenagens, foi recebida em audiência especial por d. Pedro II que a aconselhou a se dedicar ao atendimento de senhoras, conselho que acabou acatando.

Em seguida, Maria Augusta passou por novos testes a fim de revalidar seu diploma, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A partir daí, então, ela se dedicou à profissão, mesmo depois de casada e com cinco filhos, atendendo mulheres e crianças que, ainda que não tivessem condições de pagar pela consulta, eram atendidos pela médica que ostentava, com orgulho, na fachada de seu consultório uma placa com o título de “Dr.” Maria Augusta Estrela.

Outra moça que, a exemplo de Maria Augusta, também cursou Medicina no exterior foi Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira (1864-?) que depois de formada, em 1881, retornou ao Brasil, dedicando-se ao ofício na cidade de Recife. Aliás, as duas estudantes, Maria Augusta e Josefa, frequentaram a mesma instituição e mantiveram uma longa amizade, mesmo depois de formadas, trocando uma correspondência ativa ao longo de cerca de 20 anos.

Ademais, foi durante os anos de formação, em Nova York, que Maria Augusta, juntamente com a colega de faculdade, Josefa de Oliveira, fundou um periódico intitulado “A Mulher”, “consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira” cuja divisa era “*united we stand*”, sendo veiculado não apenas nos Estados Unidos, como também no Brasil.

Em artigo publicado em janeiro de 1881, as redatoras Maria Augusta e Josefa de Oliveira argumentavam que a “mulher é inteligente, e digna de grandes cometimentos”. As autoras procuravam provar, “autorizadas pela ciência e pela história”, que os homens emitem uma opinião falsa com relação às mulheres ao afirmarem que elas não possuem as mesmas faculdades intelectuais que eles, não possuindo vocação para a Ciência e sendo aptas somente para serem mães e para a cozinha.





Capa do periódico “A Mulher”, de Maria Augusta Generoso Estrela e Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira. A primeira edição do periódico surgiu em janeiro de 1891, nos Estados Unidos. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=732907&pasta=ano%20188&pesq=>>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

As autoras rechaçavam a ideia de que “homens formados em medicina e outras ciências, [cerrassem] as pálpebras a luz da civilização moderna, considerando a mulher um autômato incapaz de pensar, criar e decidir”. Afirmavam, ainda, que

a sciencia e a historia offerecem provas inconcussas de que teem havido muitas mulheres e que existem ainda muitas, que foram e são superiores a muitos homens scientificos e que escreveram trabalhos que são citados com orgulho por médicos insignes (*A Mulher*, ano I, n. 1, 1881, p. 2).

As autoras defendiam, assim, que as mulheres tinham as mesmas capacidades (e até mesmo capacidade superior!) aos homens para exercerem atividades científicas, literárias e artísticas. E atentavam para o fato de que o acesso à instrução era a única barreira que impedia as mulheres de estarem a par dos homens.

É verdade que o numero das senhoras scientificas, litteratas e artistas, é menor do que o numero dos homens; porém a razão está em que a mulher tem sido sempre negada a instrução superior, ao passo que ao homem se a facilita com profusão, a não ser esta desigualdade na educação por certo que ellas estariam a par dos homens (*A Mulher*, ano I, n. 1, 1881, p. 2).

A trajetória acadêmica e profissional de Maria Augusta serviu de inspiração para muitas jovens brasileiras e vinha sendo acompanhada, principalmente através de periódicos, pois o pioneirismo das mulheres em estudos superiores, no exterior, era, nessa época, algo digno de notícia. A própria Maria Augusta havia sido influenciada, ainda na adolescência, por uma notícia publicada em um periódico, pois, ao que indica sua biografia, “resolvera fazer o curso de medicina nos Estados Unidos após ter lido um artigo em *O Novo Mundo*, um jornal brasileiro publicado em Nova York, sobre uma mulher americana que tinha obtido um diploma de médica” (HAHNER, 2003, p. 139).

### ***A Mulher*, um periódico consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira**

O periódico “A Mulher” teve sua estreia em janeiro de 1881, surgindo com o subtítulo de “periodico illustrado de bellas-artes consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira”<sup>1</sup>. Concebido e impresso em Nova York, Estados Unidos, pela Typographia Sul-Americana de E. Perez, o periódico era uma publicação mensal cuja assinatura anual poderia ser adquirida tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Aliás, a aparição desse periódico foi anunciada com entusiasmo tanto por periódicos brasileiros como norte-americanos que saudaram, com elogios, a iniciativa das duas jovens estudantes de medicina que, nas suas horas vagas, dedicavam-se à escrita.

Ao longo do ano de 1881, foram publicados cinco números do periódico (fascículos nº 1, 2, 3, 4 e 6). Apesar de Hahner (2003, p. 143) atentar para o fato de que Maria Augusta e Josefa de Oliveira “conseguiram, mas por pouco tempo, continuar publicando seu jornal após seu retorno ao Brasil”, sendo o fascículo de nº 7 (de fevereiro de 1883) publicado em Pernambuco e os posteriores no Rio de Janeiro, cabe destacar, contudo, que este trabalho debruçou-se, em sua análise, sobre os

---

<sup>1</sup> Posteriormente, a partir do número 4, o subtítulo alterou-se para “periodico illustrado de sciencias, litteratura e bellas-artes consagrado aos interesses e direitos da mulher brasileira”.

números publicados no ano de 1881, disponíveis no Acervo Digital da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mulher/732907>)<sup>2</sup>.

Possuindo, em média, 12 páginas, cada número continha, além dos textos (dispostos sempre em duas colunas), ricas ilustrações preto-e-branco que, em alguns casos, ocupavam uma página inteira (normalmente modas ou ilustrações referentes a algum texto ou poesia). Alguns números também apresentavam, na última página, partituras (nº 1 e 2) ou caricaturas (nº 4). Ademais, em todos os números é possível observar a inserção de algumas propagandas, sobretudo de perfumarias e produtos de higiene e beleza.

O periódico também mantinha certa regularidade com relação às seções. A publicação sempre iniciava com um texto de autoria das redatoras, uma espécie de editorial, seguindo-se um texto de cunho moral e/ou religioso. Havia, igualmente, um espaço dedicado à publicação de poesias que poderiam ser originais ou traduções. Alguns números traziam, ainda, textos de autoria diversa, dando preferência à escrita feminina.

Havia, também, um espaço dedicado à moda em que se apresentavam algumas ilustrações de modelos de chapéus, saias, vestidos ou objetos de decoração (porta partituras e almofadas, por exemplo), seguidos de um pequeno texto explicativo.

Na seção “Concernente a mulheres”, as redatoras procuravam trazer pequenas notas que enalteciam os feitos de mulheres pioneiras nas mais diversas áreas (tanto brasileiras como estrangeiras). Noticiava-se, por exemplo, a publicação de obras literárias e científicas escritas por mulheres, a nomeação de senhoras para cargos públicos e de diretoria, além do ingresso ou a conclusão de estudos superiores nas mais diversas áreas do saber. Aliás, o nº 4 do periódico chegou a anunciar, com satisfação, a formatura de Maria Augusta.

Alguns números traziam, da mesma forma, a biografia de algumas mulheres de destaque como é o caso da Dra. Clemencia Sophia Lozier, fundadora do *New York College and Hospital for Women* que, no número 3 do periódico, ganha especial destaque, sendo uma “prova evidente de que as mulheres são iguais aos homens, em inteligência, coragem e força de vontade”.

Por fim, outra seção recorrente eram os “Avisos” em que se noticiavam serviços ou produtos. Nota-se, sobretudo no primeiro número do periódico, um grande número de anúncios de médicos que tratavam de “senhoras e crianças”.

---

<sup>2</sup> Conforme informações disponibilizadas pela Biblioteca Nacional, até a data em que este trabalho foi concebido, faltava microfilmear o fascículo anno 1(7) de 15 fevereiro 1883, porém não se tem notícia da existência de fascículos posteriores a este.

Apesar da variedade de assuntos e seções que o periódico apresentava, cabe destacar, contudo, que as redatoras procuravam manter o objetivo do periódico sempre evidente, ou seja, buscavam, através de seus artigos, defender os “interesses e os direitos das mulheres”.

Nesse sentido, as autoras defendiam, de maneira veemente, o direito das mulheres à instrução, sobretudo à instrução superior que, à época, ainda era inacessível às mulheres brasileiras não apenas por conta de implicações legais como, também, por conta de fatores culturais que povoavam o imaginário do coletivo social e negavam à mulher a autonomia intelectual.

Maria Augusta e Josefa argumentavam que as mulheres, por terem as mesmas faculdades que os homens, poderiam aceder a qualquer nível de ensino sem qualquer restrição, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da ciência e progresso geral da humanidade. Citavam, ainda, exemplos de mulheres norte-americanas e europeias que haviam conquistado grandes feitos nas ciências, sobretudo na medicina, e listavam instituições de ensino onde já se admitiam “senhoras”, enfatizando que o rendimento acadêmico das mulheres era igual ao dos homens.

Em muitos artigos, com um forte tom patriótico, as duas jovens estudantes de medicina, defendiam as escolhas profissionais que haviam feito, ainda jovens, reforçavam o comprometimento com o curso e advogavam em favor do exercício da medicina pelas mulheres sob o argumento de que o atendimento médico feito por mulheres proporcionava maior segurança e confiança e às pacientes, contribuído para a recuperação das enfermas.

Conscientes da posição que gozavam, Maria Augusta e Josefa utilizaram-se das páginas do periódico para agradecer as contribuições, tanto do imperador d. Pedro II quanto de particulares, que possibilitaram o custeio do curso de medicina e a estadia em Nova York. Aliás, essas notas, de certo cunho pessoal, parecem ter sido utilizadas, pelas autoras, para denunciar a situação educacional das mulheres no Brasil e evidenciar o longo e dispendioso caminho que tinham que percorrer para chegar à conclusão de um curso superior no exterior.

Contudo, as autoras apresentam uma visão otimista com relação ao futuro e ao contexto brasileiro e destacam a existência de favoráveis às suas reivindicações, conforme sugere a seguinte passagem: “a sociedade brasileira se bem que nova ainda, já possui homens que inspirando-se na verdade advogam os inauferíveis direitos da mulher: são luzeiros que aparecem no meio das trevas” (*A Mulher*, ano I, n. 4, 1881, p. 27).

Sem desmerecer o suporte recebido pelos homens favoráveis às suas reivindicações, as autoras, no entanto, não deixavam de admoestar suas semelhantes, isto é, lançavam um apelo especial para as mulheres, pois entendiam que não adiantava obter o apoio masculino sem que

houvesse uma tomada de consciências e uma mobilização por parte das próprias mulheres para o papel que deveriam desempenhar “perante a civilização moderna”. E, nesse sentido, acreditavam que a instrução feminina era essencial, pois, conforme destacavam, “a mulher que entender que por ser mulher não tem necessidade de estudar, de instruir-se e de trabalhar, comete um erro irreparável, e tarde virá a arrepender-se [...]” (*A Mulher*, ano I, n. 4, 1881, p. 27).

### **Considerações finais**

Apesar da efemeridade desse periódico, quando comparado a outros periódicos femininos contemporâneos a ele, é possível perceber que as pautas levantadas em suas páginas contribuíram para fomentar as discussões sobre a emancipação feminina que vinham, desde meados do século XIX, sendo debatidas e tendo como suporte as publicações periódicas.

Não obstante o fato de ser produzido no exterior, o periódico “A Mulher” manifestava profunda preocupação com relação à realidade brasileira e procura defender os interesses e direitos da mulher brasileira, conforme primava o seu subtítulo, através de uma escrita engajada e sempre atenta aos feitos das mulheres nas ciências.

Além disso, cabe destacar a relevância que o periódico dava à instrução feminina. Apesar de outros periódicos nacionais também manifestarem-se em defesa do direito das mulheres à instrução, percebe-se que “A Mulher” acredita que a conquista desse direito traria implicações diretas para o progresso e o desenvolvimento da civilização brasileira.

Aliás, as autoras parecem ter sido pioneiras na concepção de uma ideia que seria lançada no ano de 1975 (Ano Internacional da Mulher, estabelecido pela Organização das Nações Unidas, ONU) de que garantir dos direitos das mulheres não beneficia apenas as mulheres, mas a coletividade, contribuindo não apenas para a eliminação das desigualdades de gênero, mas, de igual forma, proporcionando desenvolvimento econômico, político, social e cultural.

Cabe, ainda, destacar as contribuições do periódico em questão para o acesso da mulher à instrução superior, pois as autoras foram incansáveis defensoras do argumento de que as mulheres têm as mesmas faculdades intelectuais que os homens. Maria Augusta e Josefa procuravam citar exemplos de instituições superiores que admitiam mulheres e atentavam para o bom desempenho das mesmas. Aliás, as próprias redatoras eram um bom exemplo para suas leitoras, pois, conforme destaca Hahner (2003, p. 141),

Maria Estrela fez mais do que ajudar a pavimentar o caminho para a disposição na legislação da Reforma Educacional de 1879, que abria as escolas de medicina para as mulheres. Inspirou, também, outras brasileiras a seguir os estudos médicos.

Assim, mais do que gozar de um privilégio, restrito ao sexo masculino em solo brasileiro, Maria Augusta e Josefa contribuíram, com suas trajetórias de vida e com seus escritos, para que se permitisse, através do Decreto n. 7.246, de 19 de abril de 1879, que as portas das faculdades brasileiras fossem abertas às mulheres. Eis dois exemplos que inspiraram (e eu ainda inspiram!) a luta pelos direitos das mulheres.

## REFERÊNCIAS

A **Mulher** (Nova York, 1881). Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mulher/732907>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HAHNER, June. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.